



SINPOL-MS

DEPAC é a campeã da 2ª Copa Inter-delegacias

Página 4

ASSEMBLEIA

ACP apresenta relatório de atividades 2017

Página 5



Ranking aponta Cassems entre as mil maiores empresas do Brasil



A edição de 2017 da revista "Exame-Melhores e Maiores" mostra a Cassems como uma das maiores e melhores empresas do País. A Cassems segue sua posição de destaque no Estado e na região, sendo a 9ª maior empresa do Mato Grosso do Sul e a 68ª da região Centro-Oeste. **Página 3**

AUDIÊNCIA DE MEDIAÇÃO - PÁG. 6

ABSSMS, AOFMS e ASPRA reabrem negociação salarial na Justiça com o Governo do Estado

SINDETRAN - PÁG. 7

Governo do Estado volta a atrasar diárias dos servidores do Detran

AÇÃO PRÉ-ELEITORAL - PÁG. 6

Presidente da ACS teria mudado regras 'a toque de caixa' e filiados vão entrar com ação na Justiça

38 ANOS DE HISTÓRIA - PÁG. 8

Participação dos servidores do Judiciário resulta em conquistas ao SINDIJUS-MS



Sintss/MS critica paralisação do Conselho Estadual de Saúde

II O Conselho Estadual de Saúde monitora, acompanha e fiscaliza o fundo estadual de saúde, o seu não funcionamento implica em afronta à Lei 8.142 que “dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências”.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A decisão de paralisar o Conselho foi tomada em reunião realizada no dia 28 de julho em Campo Grande. Naquela oportunidade o Pleno do Conselho Estadual de Saúde de Mato Grosso do Sul deliberou pela paralisação das atividades do CES, “principalmente em relação à falta de estrutura para o funcionamento adequado deste colegiado”, diz trecho do ofício encaminhado ao governo do Estado por Robson Yataka Fukuda, Presidente do CES.

Por sua parte, Ricardo Bueno, Presidente do SINTSS/MS e membro do CES afirma que “a lei estabelece a transferência de recursos do âmbito federal para os municípios, se a gestão não tomar providência, a suspensão dos recursos federais será uma realidade para os municípios de Mato Grosso do Sul”.

“O controle social é um dos pilares do SUS, se ele não puder funcionar, isso significará uma piora no sistema de saúde pública, não é à toa que a lei impede a transferência de recursos federais neste caso, é muita irresponsabilidade”, ressalta Bueno.

O outro grande prejuízo seria o atraso na análise dos relatórios trimestrais e a programação orçamentária para o ano que vem. Segundo membros do conselho, o CES não recebeu ainda o orçamento para o exercício de 2018.

Os conselheiros vêm reclamando há meses, de falta de condições para realizar o seu trabalho, a falta equipamentos e a contratação de pessoal técnico, tais como advogados e contadores, por exemplo.

Conforme relatório do dia 16 de agosto, encaminhado a setores do governo do estado pela presidência do CES, são indicadas diversas dificuldades enfrentadas pela secretaria executiva do CES para desenvolver a gestão administrativa, o apoio ao controle social, planejamento e acompanhamento que seriam suas responsabilidades.

O documento denota a falta de estrutura, “as salas são insuficientes para as demandas deste CES/MS”.

W

O controle social é um dos pilares do SUS, se ele não puder funcionar, isso significará uma piora no sistema de saúde pública, não é à toa que a lei impede a transferência de recursos federais neste caso, é muita irresponsabilidade”

Ricardo Bueno
Presidente do Sintss/MS

FALTA DE FUNCIONÁRIOS

O relatório cita que, “na gestão anterior...eram disponibilizados seis funcionários” e prossegue “Atualmente contamos com apenas duas funcionárias terceirizadas que trabalham em horários alternados e estão em processo de aprendizado”.

Insiste o documento que “a 1ª Secretária da Mesa Diretora permanece diariamente na estrutura deste Conselho, devido à grande demanda de atividades administrativas, a insuficiência de funcionários e a falta da efetivação dos serviços supracitados. Resaltamos que a presença da mesma é possível por ser conselheira do segmento dos Usuários do SUS e estar aposentada”.

DIÁRIA E ATAS

A emissão de diárias foi afetada, pois a funcionária responsável estava lotada na secretaria executiva do órgão até março de 2016, sendo que ela dispunha de todas as informações referentes à liberação de diárias, o que facilitava a execução deste trabalho, até a publicação do relatório, a funcionária não tinha sido substituída.

A elaboração das atas também sofre dificuldades, pois a atual gestão tem encaminhado uma servidora do município de Dourados, gerando atrasos na confecção das referidas atas. O CES aponta esta necessidade e requer a lotação de um funcionário qualificado e específico para este fim.

O documento comunica também a falta de material de consumo, falta motorista que atenda às necessidades do Conselho e carros suficientes. Falta manutenção e reparos na estrutura física, os pedidos ficam meses sem atendimento.



FALTA DE RETORNO NAS SOLICITAÇÕES

Foi relatado outro fato grave: as deliberações do órgão, que têm caráter deliberativo, não foram homologadas pelo Secretário de Estado de Saúde/MS, alega assim o CES que não teve sua autonomia respeitada conforme a legislação, “uma vez que a publicação a pedido da Deliberação CES/MS nº281/2016, referente à Não Aprovação do Relatório de Gestão/SES/MS de 2013, foi aprovada na Reunião Ordinária de 29 de Abril de 2016 e só foi efetivada a publicação do Diário Oficial de Mato Grosso do Sul nº9.356 de 22 de fevereiro de 2017, juntamente com as Deliberações CES/MS nº 282/2016 relativas ao posicionamento deste Conselho contrário do Processo de Terceirização com a introdução das Organizações Sociais na Administração do SUS em Mato Grosso do Sul e a Deliberação CES/MS nº 283 que Reprova a Transferência da Administração do Complexo Regulador do Estado de Mato Grosso do Sul para a Organização Social, ambas tiveram as publicações a pedido, aprovadas na reunião Ordinária de 30 de setembro de 2016”.

O Conselho Estadual de Saúde está preparando um relatório mais abrangente a ser entregue ao Ministério Público Estadual, enquanto isso a saúde do Estado segue ameaçada.



Nelson Tavares, secretário de Saúde de MS

Ranking aponta que a Cassems está entre as mil maiores empresas do Brasil

II A edição de 2017 da revista “Exame-Melhores e Maiores” mostra que a Cassems continua entre as maiores e melhores empresas do Centro-Oeste e a novidade deste ano é que o ranking divulgado pela revista mostra que a Caixa dos Servidores é a 940ª maior empresa do País. A Cassems segue sua posição de destaque no Estado e na região, sendo a 9ª maior empresa de Mato Grosso do Sul e a 68ª da região Centro-Oeste.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

A pesquisa da revista Exame está na 44ª edição e lista as mil maiores e melhores empresas do Brasil. Esta análise é feita por meio de demonstrações financeiras das entidades e outros quesitos

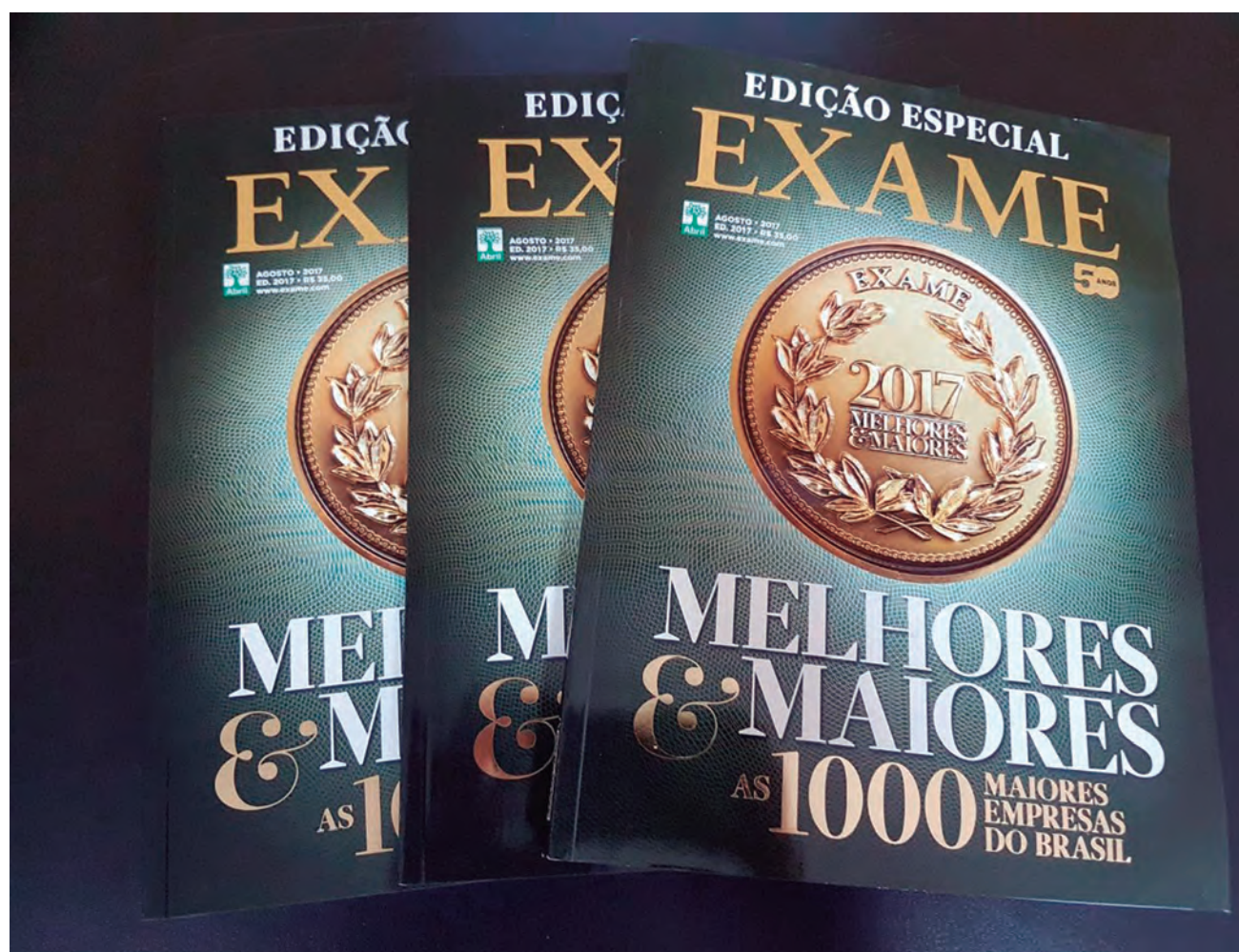
como: lucro, patrimônio, rentabilidade, capital circulante, liquidez, endividamento e número de empregados.

O presidente da Cassems, Ricardo Ayache, conta que a continuidade da Caixa dos Servidores no ranking da revista Exame demonstra que o sonho idealizado pelos servidores públicos estaduais, há 16 anos, hoje é referência na assistência à saúde.

“No início, a Cassems era apenas um sonho o qual acreditamos e transformamos em realidade e, em pouco tempo, crescemos e fomos apontados, por vários anos consecutivos, como uma das maiores e melhores empresas do Centro-Oeste. Agora, de acordo com o ranking Maiores e Melhores 2017 da revista Exame,

Melhores e Maiores

A metodologia usada pela revista Exame para o ranking de Melhores e Maiores não é uma escolha arbitrária da redação da revista e nem da equipe técnica que analisa as demonstrações financeiras enviadas pelas empresas. As melhores empresas identificadas, em 18 setores da economia, despontam pelo sucesso que obtiveram na condução de seus negócios, bem como na disputa de mercado com as concorrentes durante o ano que passou, em comparação ao ano anterior.



Este é o nono ano, consecutivo, que a Cassems figura entre as maiores e melhores empresas do Centro-Oeste

estamos entre as mil maiores empresas do Brasil. Isso é credibilidade, gestão eficiente e responsável. É atendimento de qualidade, inovação, alta tecnologia e respeito pelos nossos beneficiários. Um reconhecimento que temos o orgulho de compartilhar com os nossos 207 mil beneficiários, colaboradores e parceiros”, pontua Ayache.

O principal diferencial que levou a Cassems a subir do patamar regional para o nacional é a

preocupação em reinvestir a sua receita na sua estrutura e na constante melhoria da qualidade do atendimento. A Caixa dos Servidores não visa lucros e investe seus recursos no próprio patrimônio e em ações que melhorem a saúde e a qualidade de vida do servidor público de Mato Grosso do Sul. Hoje, a Cassems é o maior plano de saúde em autogestão para servidores públicos estaduais do País e cuida da vida de mais de 200 mil beneficiários da Caixa dos Servidores.



W Isso é credibilidade, gestão eficiente e responsável. É atendimento de qualidade, inovação, alta tecnologia e respeito pelos nossos beneficiários. Um reconhecimento que temos o orgulho de compartilhar com os nossos 207 mil beneficiários, colaboradores e parceiros”.

Ricardo Ayache,
Presidente da
Cassems

DEPAC é a campeã da 2ª Copa Inter-delegacias

II No dia 12 aconteceu a grande final da 2ª Copa Inter-delegacias organizada pelo Sinpol-MS. As equipes da DEPAC e PÉ DE LORO disputaram o tão sonhado primeiro lugar. No primeiro tempo o placar ficou 1X1, porém no segundo período a equipe da DEPAC mostrou mais organização e na base do contra-ataque conseguiu a vitória e fechar o placar com 3X1 e ser a CAMPEÃ do campeonato. No mesmo dia as equipes do GARRAS e CGP-MS disputaram a terceira colocação, apresentando um bom futebol, mas com o placar de 3X2, o GARRAS levou para casa o troféu. "Agradecemos a participação de cada jogador, de cada pessoa que colaborou no sucesso da competição. As amizades e histórias formadas no campo durarão nas delegacias e nas nossas vidas", declarou o coordenador de esportes do sindicato, José Pereira.

O campeonato

A Copa iniciou no dia 25 de março de 2017 com a participação de 7 equipes que demonstraram alto nível de comprometimento e disciplina tanto pelos atletas quanto pelos responsáveis demonstrando que os objetivos de promover a integração entre os policiais civis e a fomentação da prática esportiva por meio do futebol society foram alcançados.

Durante a competição foram marcados 165 gols, ou seja, uma média de 6,60 gols por partida. Foram apresentados sete cartões azuis, 42 cartões amarelos e sete vermelhos.

DESTACARAM-SE OS ATLETAS POLICIAIS CIVIS:

Melhor goleiro – Fábio Pereira, da equipe do GARRAS, com apenas 16 gols.

Artilheiro – Ruymar Junior, da equipe do GARRAS, com 14 gols.

Atleta disciplina – Claiton Santana, da equipe PÉ DE LORO.



Depc levou a 2ª Copa Inter-delegacias



Fábio Peró e Giancarlo



Fábio Pereira, melhor goleiro



Ruymar Junior foi o artilheiro da competição



Claiton Santana, atleta disciplina

Participe! Premiação para os primeiros lugares e sorteio de brindes para os participantes

24
SET
2017
PERCURSOS
5 E 10 KM

8
HORAS
LARGADA
NO SINPOL



2ª CORRIDA DO
POLICIAL CIVIL

Inscrições:
centraldacorrída.com.br

Período de Inscrição:
02/08 à 11/09/2017

Valor da Inscrição:
R\$ 50,00 (inteira)
R\$ 25,00 (meia)

VAGAS LIMITADAS



Realização: SINPOL-MS
Organização: A4 sports
(67) 9 9169-9131

Em assembleia, ACP apresenta relatório de atividades 2017 e professores confirmam planejamento do ano



II Cumprindo o que determina seu Estatuto, a ACP realizou na terça-feira (15), a Assembleia Geral Ordinária para apresentação do relatório de atividades 2017.

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Na ocasião, cada secretário do sindicato apresentou as ações, eventos e projetos desenvolvidos por sua secretaria ao longo do ano, de acordo com as decisões que foram definidas pelos representantes sindicais,

durante o planejamento anual da ACP, que acontece em março.

Os professores filiados presentes na assembleia aproveitaram o momento para esclarecer dúvidas e dar novas sugestões sobre a atuação do sindicato. Ao final, a plenária considerou positivo o desempenho da ACP em 2017.

“Realizamos nossa segunda assembleia geral ordinária deste ano, conforme estabelece nosso Estatuto, e estamos satisfeitos com a partici-

pação da categoria. Esta direção preza por cumprir estritamente todas as deliberações tomadas por nossos filiados, seja na esfera das assembleias, seja por meio do planejamento anual. Este momento de apresentação das atividades e retorno da categoria é fundamental para avaliarmos nosso trabalho e seguir ou reorganizar o plano de ação da ACP. Pela resposta da assembleia, entendemos que estamos no caminho certo”, afirma o presidente da ACP, professor Lucílio Nobre.

Mídias digitais são tema de curso de formação da ACP

Um dia dedicado a compreender as possibilidades que a internet e as mídias digitais oferecem para a mobilização e atuação sindical. Assim a ACP realizou, no dia 15 de agosto, o 2º Curso de formação sindical de 2017.

“Nosso objetivo é oferecer formação de qualidade aos nossos representantes, para que eles sintam-se mais preparados e sigam multiplicando a essência da luta em defesa dos direitos profissionais e por uma sociedade mais justa e que valorize a educa-

ção”, explica o secretário de formação sindical da ACP, professor Gilvano Bronzoni.

Os palestrantes Cláudia Santiago e Mario de Camargo, do Núcleo Piratininga de Comunicação – NCP, apresentaram para um grupo de aproximadamente 140 representantes sindicais, as ferramentas e o conceito de disseminar informação e mobilizar no universo virtual da internet.

“Nós precisamos entender que compartilhar a

posição de nosso sindicato através das mídias sociais significa dialogar com um número imensamente maior de pessoas e são pessoas que, de alguma forma, querem saber o que pensamos. Logo, somos multiplicadores das lutas e posicionamentos da nossa entidade. Isso nos traz também muita responsabilidade”, apontou Mário de Camargo.

No período vespertino, o sindicato aproveitou a reunião para informar a categoria a respeito das lutas sindicais.



Objetivo do curso é oferecer formação de qualidade aos representantes dos professores

ABSSMS, AOFMS e ASPRA reabrem negociação salarial da categoria com o governo na Justiça

II O Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul agendou com as Entidades Representativas dos Policiais e Bombeiros Militares ABSSMS, AOFMS e ASPRA e com o Governo de MS, Audiência de Mediação para tratar do reajuste e da recomposição das perdas remuneratórias da categoria por intermédio do Ofício nº 163.139.073.0182/2017 de 10 de Agosto de 2017.

Da Redação
redacao@publico.inf.br.

A Diretoria da ABSSMS demonstrou publicamente em várias oportunidades a situação salarial “insustentável” que se encontra a categoria face aos crescentes e sucessivos aumentos nas tarifas e nos preços em geral. Mesmo após inúmeras manifestações em frente à Governadoria, Assembleia Legislativa, seja em forma de passeatas, panfletagens, outdoors, reuniões entre outros, o Governo de MS não se sensibilizou, e a *contrário sensu* propôs índice de 2,94% a partir da folha de setembro, o que contraria a data-base de maio e demonstrou-se irredutível em seu posicionamento.

Após falta de diálogo e clara falta da vontade em valorizar nossos integran-



Luta pelos direitos de policiais e bombeiros é constante

tes, a ABSSMS acionou o Judiciário para dirimir a reivindicação, o que culminou no agendamento de audiência de mediação marcada para o próximo dia 25 de agosto de 2017 no Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania do TJMS referente ao reajuste e recompensação das perdas remuneratórias desde o ano de 2015, intimando para o caso, o Governo do Estado.

A audiência de Mediação é inédita em nosso Estado nos litígios envolvendo as Associações Representativas dos Policiais Militares e Bombeiros Militares Estaduais ante a inércia e omissão do Estado de Mato Grosso do Sul.

A participação do Poder Público nos pedidos de mediação instaurada pelos órgãos classistas das carreiras de segurança pública para vocalização dos seus interesses se tornou obrigatória após

a decisão recente de repercussão geral do STF, quando do julgamento nos autos do Recurso Extraordinário com Agravo 654.432, impetrado pela Associação Nacional de Entidades Representativas de Praças Policiais e Bombeiros Militares Estaduais – ANASPRA.

Tal instituto possui como previsão legal o disposto do artigo 165 do Novo Código de Processo Civil, além do teor proferido na Resolução nº 125/2010 do Conselho Nacional de Justiça, que dispõe sobre a Política Judiciária Nacional de tratamento adequado dos conflitos de interesses no âmbito do Poder Judiciário.

A luta pelos direitos da família Policial e Bombeiro Militar representada pela ABSSMS desde 2015 é constante e busca a devida valorização da categoria, seja no Poder Executivo, Legislativo ou Judiciário.

Presidente da ACS teria mudado regras ‘a toque de caixa’ e filiados vão entrar com ação na Justiça

II Segundo filiados, foi aprovada a toque de caixa, em uma assembleia de segunda chamada, que previa qualquer número de filiados para o início, a mudança do estatuto da ACS (Associação de Cabos e Soldados da Polícia Militar e Bombeiros Militares de Mato Grosso do Sul) na sexta-feira (18) e revoltou a categoria, que deve impetrar uma ação judicial para barrar as mudanças.

Orquestrada pelo presidente, Edmar Soares da Silva, a votação teria contado até mesmo com ônibus fretados de Três Lagoas, Fátima do Sul e Dourados, onde o presidente teria mais filiados a seu favor.

Pré-candidatos à nova eleição, Cabo PM Casimiro, Cabo PM Haynan e o soldado da reserva remunerada Claudio de Souza, que devem concorrer em fevereiro de 2018, acreditam que novas regras retirem as chapas da eleição.

Silva já está à frente da ACS por dois mandatos e, por isso, não pode concorrer novamente. Mas também teria mudado o estatuto para não abrir espaço para

os pré-candidatos.

“A atual chapa teve oito anos para apresentar mudanças e agora na véspera da nova eleição ele quer mudar as regras do estatuto para que somente a chapa dele consiga concorrer”, afirma o Cabo PM Casimiro.

Para ele, é impossível a alegação de que as mudanças não foram propositais. “Tudo o que cada membro que pretende concorrer teria de impedimento foi mudado a fim de excluir as pessoas das eleições. Itens como tempo de sociedade de um militar – de 3 anos para 5 -, além de impossibilitar a candidatura de um Cabo ou Soldado que tenha ou teve ligação com outra entidade nos últimos 5 anos estão na lista de mudanças.

Conforme os pré-candidatos, a atual presidência fortaleceu um grande grupo, na Capital e nas 12 regionais. Mas nada disso pode autorizar uma mudança a menos de um ano da eleição. “Está na Constituição. Não pode haver mudança em menos

de um ano antes da eleição. Ou essa mudança vale para o próximo pleito ou terá que ser derrubada na Justiça”, diz Cassimiro.

Procurado pela reportagem, Edmar não atendeu às ligações, mas explicou nesta semana em matéria veiculada pelo Jornal Mídiamax que nega favorecimento de simpatizantes e garante que as mudanças foram pleiteadas no ano passado durante assembleia na UFMS.

“Os sócios pediram alterações, mas devido a inúmeras demandas a votação já era para ter ocorrido. Mas, independentemente da data de votação foi feito um estudo inclusive, com sócios do interior. O sócio que se mostra contra as mudanças precisa ir na assembleia e votar contra. Eu não tenho interesse na nova eleição. Eu deixarei um legado, quer queiram ou não, pois eu mudei a vida da PM de MS. Nós conseguimos carreira e alguns sócios que eram soldados há 8 oitos, hoje são sargentos. Eu não estou impondo nada a ninguém”, rebateu o atual presidente da ACS.

Diárias voltam a atrasar e Sindetran protocola ofício na SEGOV para resolver o problema

II O Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) protocolou um ofício no dia 03, na Secretaria de Estado de Governo e Gestão Estratégica (SEGOV), com pedido de providências frente ao atraso no pagamento de diárias.

Da Redação
servidorpublico.ms@gmail.com

O problema é antigo e vem causando transtornos aos servidores do Detran. “Temos um cronograma de viagens estabelecido com antecedência de 30 dias. Não há motivos cabíveis para que o servidor viaje sem o pagamento prévio da diária e muito menos que essa diária atrase”, explica o secretário-geral do Sindetran-MS, Bruno Alves.

Em fevereiro de 2017, o Sindetran-MS solicitou



O problema é antigo e vem causando transtornos aos servidores do Detran

providências quanto ao atraso das diárias através de três ofícios protocolados no gabinete do Detran, da SAD e na SEGOV. Em resposta, a SAD justificou o atraso com problemas no sistema, que já haviam sido resolvidos. “O problema

voltou e tivemos o caso de um servidor que ficou retido no hotel até que a diária fosse paga. Não podemos deixar que nossos servidores passem por esse tipo de constrangimento”, exclamou o presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai Junior.

No ofício protocolado, o Sindetran-MS ressaltou que caso o atraso continue acontecendo, a orientação ao servidor será de aguardar o pagamento da diária para viajar, o que pode comprometer alguns serviços do órgão.

Sindetran-MS oferece mais um convênio para os sindicalizados

O Sindicato dos Servidores do Detran (Sindetran-MS) estabeleceu mais uma parceria para comodidade dos sindicalizados. Desta vez o desconto será para o curso de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Segurança no Trânsito, oferecido pela FAMPER em Mato Grosso do Sul.

As aulas começam no próximo dia 9 de setembro, e serão realizadas uma vez por mês, aos sábados. O curso tem 12 meses de duração, com mais 4 meses para elaboração de um artigo. As disciplinas são: Legislação de Trânsito; Políticas Públicas para o Trânsito e Legislação Aplicada; Psicologia de Tráfego; Educação para o Trânsito; Psicologia de Trânsito e a Prevenção de Acidentes: Comportamento Seguro do Condutor; Cidadania, Ética e Meio Ambiente; Didática; Planejamento Urbano e Mobilidade (Engenharia de Trânsi-

to); Acidente de Trânsito e sua Dinâmica; Medicina Aplicada ao Trânsito; Vistoria e Inspeção de Segurança Veicular; Fundamentos Jurídicos de Trânsito; Noções de Mecânica Básica e Manutenção de Veículos; Direção Defensiva; Atendimento a Diversidade; Elaboração de Projeto e Elaboração de Artigo Científico.

Os servidores do Detran terão 20% de desconto nas mensalidades do curso que são de R\$ 245,00 e passam a ser de R\$ 196,00. Já para os servidores sindicalizados, o desconto chega a 25% e a mensalidade será apenas R\$ 183,75. “Esse é um benefício muito valorizado pelo Sindetran-MS. O investimento em educação é muito importante e o sindicato está muito feliz em proporcionar isso aos sindicalizados”, comentou o presidente do Sindetran-MS, Octacílio Sakai Junior.

Pós Graduação
GESTÃO, EDUCAÇÃO E SEGURANÇA NO TRÂNSITO
DESCONTO EXCLUSIVO 25%
DISCIPLINAS
LEGISLAÇÃO DE TRÂNSITO
POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TRÂNSITO E LEGISLAÇÃO APLICADA

38 anos de história: Participação dos servidores do Judiciário resulta em conquistas ao SINDIJUS-MS

II Dia 20 de agosto é uma data de grande importância para a categoria de servidores públicos do Judiciário, pois, neste dia, há 38 anos foi fundado o Sindicato dos Trabalhadores do Poder Judiciário (SINDIJUS-MS).

Da Redação
redacao@publico.inf.br

Ao longo deste período de 38 anos de existência, numa caminhada de luta defendendo a categoria de servidores do Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul (TJMS), o sindicato realizou grandes avanços de forma a valorizar o desempenho dos

servidores em suas atividades profissionais.

O sindicato cresceu progressivamente nos últimos anos devido à participação e força dos servidores públicos que integram e são essenciais nessa união pela luta de direitos. O SINDIJUS – MS agradece e parabeniza a todos os servidores pelo apoio e cooperação nas ações. **Juntos somos mais fortes!**



Conheça um pouco da história do Sindicato:

Há 38 anos, um grupo de amigos e servidores do recém-criado Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul reuniu-se e concretizou a ideia, que vinha sendo discutida há alguns meses, de criar uma associação que congregasse os trabalhadores do Tribunal de Justiça.

Surgiu então a Associação Recreativa do Tribu-

nal de Justiça (ARTJMS) e durante os quatro anos seguintes, o grupo de cerca de cem trabalhadores que fazia parte dela estreitou laços e fez da associação uma referência para lazer e descontração. Várias excursões foram realizadas às cidades do interior e aos estados vizinhos, como Cuiabá (MT), por conta das partidas de futebol

do time da ARTJMS.

Além de laços de amizade desenvolvidos nesse período, estas ações também propiciaram amadurecer a ideia de representatividade entre os servidores. Com isso, tomou forma a iniciativa de estender a associação do Tribunal para os demais trabalhadores do Judiciário do Estado.

Surgimento da ASPJMS

Sob essa proposta, a ARTJMS transformou-se em Associação dos Servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul (ASPJMS) em 12 de novembro de 1982. Com esta alteração, a força dos servidores ficou concentrada e a entidade ganhou uma área de 5.000 metros quadrados no Jardim Tijuca, ao lado de um terreno doado à Acadepol. A construção da casa de alvenaria foi feita pelos próprios líderes da associação com o apoio dos servidores. Como o local era de difícil acesso, o Sindicato conseguiu adquirir a área de um cartório no Parque dos Poderes.

Logo após a compra foi feita a construção da sede, da piscina e do campo de futebol que

ainda reúne os trabalhadores do Judiciário em Campo Grande. O passo de transformar a associação recreativa em uma entidade representativa de classe foi apenas o primeiro de uma caminhada que segue até os dias de hoje.

Em 1984, a ASPJMS passou por um momento decisivo na defesa dos interesses dos trabalhadores. Na época, os professores conseguiram um significativo aumento salarial e o Judiciário não foi contemplado com o benefício.

A ASPJMS interveio e iniciou uma negociação com o Governo do Estado por seu reajuste. As conversações duraram cerca de oito meses e durante esse período as lideranças organizaram

uma passeata em Campo Grande, a primeira manifestação pública da força dos trabalhadores do Judiciário.

Várias outras entidades participaram da manifestação e, da junção de forças, foi feita a primeira greve do Judiciário de MS. Nesta época, a associação era presidida por José Berlangue Andrade, que reuniu outras entidades em torno do movimento grevista.

Ao final das negociações, o movimento conseguiu um reajuste que foi a primeira vitória salarial da categoria por meio da sua associação. O movimento ajudou a consolidar a postura de defesa dos trabalhadores, que seria levada adiante nas décadas seguintes.



Fundação do SINDIJUS-MS

No dia 8 de fevereiro de 1994, a ASPJMS foi transformada em SINDIJUS-MS (Sindicato dos Servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso do Sul), após aprovação da categoria durante assembleia realizada para tratar do assunto.

O resultado foi de 1.117 votos favoráveis à mudança, apenas 92 contrários, 30 votos brancos e 67 abstenções.

A partir daí as lutas se intensificaram e o sindicato passou a fazer parte da rotina dos ser-

vidores. E dessa história de renúncias, lutas e conquistas é que surgiu o SINDIJUS-MS, um sindicato que reconhece suas raízes, se orgulha do seu passado e vislumbra um futuro de melhorias para os seus filiados.